



Município de Araruama

Poder Executivo



Continuação Pág. 25 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Integram esta Ata o edital do Pregão Presencial – SRP nº 25/2018, bem como as propostas das empresas especificadas nos autos do processo administrativo nº 2.071/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei 8.666/93, bem como na legislação municipal.

Araruama, 13 de Abril de 2018.

MUNICÍPIO DE ARARUAMA
Livia Bello
Prefeita

Claudia Nazaré Tavares do Amaral Couto
Secretária Municipal de Saúde

CASA DO EDUCADOR COMÉRCIO E SERVIÇOS
LTDA EPP

Vanda Gonçalves dos Santos
P/ Representante Legal

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Termo de Retificação ao 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 64/2017

Pelo presente Termo, fica **RETIFICADO** o 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 064/2017, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pela Exma. Sra. Prefeita, **Livia Soares Bello da Silva**, brasileira, solteira, inscrita no CPF (MF) sob o nº 094.591.857-70, portadora da carteira de identidade RG nº 20.121.579-5, residente e domiciliada nesta Cidade, e a empresa **MACÁRIO'S COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRANSPORTES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.852.118/0001-50, com sede estabelecida na Rua Feliciano Sodré, nº 78, sala 1814, Centro, São Gonçalo/RJ, CEP: 24.440-440, neste ato por seu representante legal, Sr. Alex da Silva Macário, brasileiro, comerciante, solteiro, portador da carteira de identidade nº 10.149.527-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 037.271.457-90, residente na Rua Melo Leitão, nº 69, Porto Novo, São Gonçalo/RJ, CEP: 24.435-650, por si ou por seu procurador com poderes expressos para este mister, de acordo com o exposto nos autos do Processo Administrativo nº 11.066/2018, cujo objeto é a "**locação de equipamentos pesados – máquinas e caminhões**", a serem utilizados na conservação e manutenção de vias e logradouros públicos, na zona rural e na zona urbana do Município de Araruama/RJ, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital), que independe de transcrição faz parte integrante deste instrumento, constante do Processo Administrativo nº 051/2017 – Pregão Presencial nº 026/2017, com execução contínua, sem interrupção, para do mesmo passar a constar as seguintes alterações:

Onde se lê:

I – Da Prorrogação de Prazo:

Com fulcro no inciso II do artigo 57 c/c parágrafo primeiro do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ininterruptamente, com início a contar de 27 de Abril de 2018, e a terminar em 26 de Abril de 2019, haja vista que a não renovação comprometeria a execução dos serviços prestados por esta municipalidade, aliando-se ao fato de tratar-se de serviços de natureza contínua, sem condições de interrupção.

Leia -se:

I – Da Prorrogação de Prazo:

Com fulcro no inciso II do artigo 57 c/c parágrafo primeiro do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ininterruptamente, com início a contar de 27 de Abril de 2018, e a terminar em 26 de Abril de 2019, haja vista que a não renovação comprometeria a execução dos serviços prestados por esta municipalidade, aliando-se ao fato de tratar-se de serviços de natureza contínua, sem condições de interrupção.

PARAGRAFO ÚNICO. O presente TERMO ADITIVO tem por finalidade realizar o acréscimo quantitativo de 10,50756 % do valor contratual, que corresponde a R\$ 609.438,51 (Seiscentos e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta um centavos).

E, por estarem justos, concordados e retificados, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Araruama, 30 de Abril de 2018.

MUNICÍPIO DE ARARUAMA
Livia Soares Bello da Silva
Prefeita

MACÁRIO'S COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRANSPORTES EIRELI
Alex da Silva Macário
Representante Legal

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

LEI Nº 2.241
DE 26 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA

AMA, REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Projeto de Lei nº 10 de autoria do Poder Executivo)

A Câmara Municipal de Araruama aprova e a Exma. Sra. Prefeita do Município de Araruama sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. As consignações em folha de pagamento dos servidores públicos, aposentados e pensionistas da administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Araruama serão reguladas pela presente lei.

Art. 2º. Consideram-se consignações em folha de pagamento os descontos efetuados na remuneração, provento ou pensão do servidor público, aposentado ou pensionista da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Araruama, tendo por objetivo o adimplemento das obrigações de sua titularidade assumidas junto às entidades enumeradas nesta Lei.

Art. 3º. Para fins do disposto nesta lei considera-se:

I – Consignante: órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional que procede a descontos relativos às consignações compulsórias e facultativas na ficha financeira do servidor, aposentado ou pensionista integrante do Poder Executivo do Município de Araruama, em favor do consignatário;

II – Consignatário: beneficiário dos créditos resultantes das consignações compulsórias e facultativa;

III – Consignação compulsória: desconto incidente sobre a remuneração, provento ou pensão do servidor, aposentado ou pensionista, procedido por força da lei ou de mandado judicial;

IV – Consignação facultativa: desconto incidente sobre a remuneração, provento ou pensão do servidor, aposentado ou pensionista mediante prévia e expressa autorização deste e da entidade consignante;

Parágrafo Único. As averbações de consignação em folha relacionadas no art. 5º, em especial, aquelas relativas à amortização de empréstimos/financiamentos inclusive realizados por intermédio de cartões de crédito, além de serem autorizadas a firmar eletronicamente, a partir de comandos seguros, gerados pela aposição de senha ou



Município de Araruama

Poder Executivo



Continuação Pág. 26 - LEI Nº 2.241

assinatura digital do servidor ou em sistemas eletrônicos reconhecidos e validados pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, poderão também se efetivar por mecanismos eletrônicos, de telecomunicação ou outros desenvolvidos pelas instituições financeiras que garantam a segurança da operação realizada pelo servidor, o sigilo dos dados cadastrais e a comprovação da aceitação da operação realizada pelo servidor.

Art. 4º. São consideradas consignações compulsórias para fins do disposto nesta Lei:

I – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público;

II – Contribuição para Previdência Social;

III – Pensão alimentícia judicial;

IV – Tributos incidentes sobre rendimentos do trabalho assalariado;

V – Reposição e indenização de valores ao Erário Público;

VI – Custeio parcial de benefícios e auxílios concedidos pela administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional;

VII – Cumprimento de decisão judicial ou administrativa;

VIII – Outros descontos compulsórios instituídos por lei.

Art. 5º. São consideradas consignações facultativas para fins do disposto nesta Lei:

I – Mensalidade instituída para o custeio de entidades de classe, associações, clubes de servidores e sindicatos;

II – Mensalidade em favor de cooperativas instituídas de acordo com a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

III – Contribuição para entidade aberta ou fechada de previdência complementar, que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar, bem como seguradora que opere com planos de seguro de vida e renda mensal.

IV – Amortização de empréstimos pessoais ou financiamentos, inclusive realizados através de cartão, concedidos por instituições financeiras públicas ou privadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando o limite máximo para as operações de empréstimos pessoais e financiamentos serão de até 60 meses;

V – Pensão alimentícia de caráter voluntário, consignada em favor de dependentes que conste nos registros funcionais do servidor, aposentado ou pensionista;

VI – Prestação relativa ao financiamento de imóvel adquirido de entidade financiadora de imóveis residenciais;

VII – Prêmio de seguro de vida de servidor coberto por entidade fechada ou aberta de previdência privada, que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar, bem como

seguradora que opere com planos de seguro de vida e renda mensal.

Art. 6º. Somente serão admitidas como entidades consignatárias para fins de consignação facultativa:

I – Entidade de classe, associação e clube representativo de servidores;

II – Partido político;

III – Cooperativa instituída nos termos na Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;

IV – Instituição financeira pública ou privada;

V – Instituição financeira de aquisição de imóvel residencial integrante do Sistema Financeiro Habitacional – SFH;

VI – seguradoras.

Art. 7º. O credenciamento do consignatário se fará mediante prévio preenchimento de formulário próprio que será acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

I – Relação dos produtos e serviços oferecidos e as condições a serem observadas;

II – Atos constitutivos e alterações posteriores, devidamente autenticados;

III – Autorização do Banco Central do Brasil para operar na carteira

IV – Autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição financeira;

V – Ata da última eleição e posse da diretoria vigente.

Art. 8º. O credenciamento de consignatário será deferido pelo Secretário de Administração do Município e pelos representantes dos órgãos da administração indireta, após exame da regularidade da documentação e atendimento dos requisitos necessários, nos termos desta Lei.

Art. 9º. Para fins de processamento de consignações facultativas, o consignatário deverá enviar a Secretaria de Administração do Município e os órgãos da administração indireta, em meio magnético, os dados relativos ao desconto.

Art. 10. Não será admitida a consignação em folha de pagamento inferior a R\$ 1,00 (um real).

Art. 11. A soma das consignações compulsórias com as facultativas de cada servidor não excederá, mensalmente, 70% (setenta por cento) da remuneração, assim considerada a totalidade dos pagamentos que ordinariamente lhe são feitos, excluindo-se os de caráter extraordinário ou

eventual, sendo que os descontos facultativos não poderão exceder a 40 (quarenta por cento) da remuneração líquida.

§ 1º. Do limite estabelecido como margem para as consignações facultativas, descrito no caput do art. 11, será reservado exclusivamente o limite de 10% (dez por cento) para descontos a favor de operações de empréstimos/ financiamentos realizadas por intermédio de cartão de crédito, sendo os 30% (trinta por cento) restantes destinadas às demais consignações facultativas;

§ 2º. Entende-se como remuneração líquida a remuneração fixa dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, excluídas todas as vantagens de caráter temporário ou eventual, deduzida de todos os descontos legais;

§ 3º. Para fins do disposto nesta Lei, as consignações incidirão inclusive nos meses em que o servidor estiver em gozo de férias.

Art. 12. As consignações compulsórias têm prioridade sobre as consignações facultativas.

Art. 13. A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional por obrigações de natureza pecuniária, assumidas pelo servidor, aposentado ou pensionista junto ao consignatário.

Art. 14. As consignações facultativas poderão ser canceladas nas hipóteses abaixo enunciadas:

I - Por interesse do consignatário, expresso por meio de solicitação formal;

II - A pedido formal do servidor, aposentado ou pensionista;

Parágrafo Único: O pedido de cancelamento da consignação será atendido com a interrupção do desconto na folha de pagamento do mês em que for formalizado, ou na folha do mês subsequente, caso a anterior já tenha sido processada, observando-se ainda, as seguintes disposições:

Art. 15. Na hipótese de se verificar insuficiência ou inexistência de saldo disponível para a realização de descontos facultativos regularmente autorizados, a ordem de prioridade para o atendimento aos consignatários terá como critério a antiguidade do desconto na folha de pagamento.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 26 de abril de 2018

Livia Bello
“Livia de Chiquinho”
Prefeita